



2º ANO
TRILHA
AGROECOLÓGICA
1

CENTENÁRIO
**PAULO
FREIRE**
- 1921-2021 -

SECRETARIA
DA EDUCAÇÃO



**GOVERNO
DO ESTADO**



EXPEDIENTE

Governo da Bahia

Rui Costa | Governador

João Leão | Vice-Governador

Jerônimo Rodrigues | Secretário da Educação

Daniilo Melo Souza | Subsecretário

Manuelita Falcão Brito | Superintendência de Políticas para a Educação Básica

Coordenação Geral

Manuelita Falcão Brito

Iara Martins Icó Sousa

Poliana Nascimento dos Reis

Coordenação de Educação do Campo/Quilombola

Poliana Nascimento dos Reis

Coordenações das Etapas

Poliana Nascimento dos Reis

Cassia Margarete Amaro dos Santos

Daniela Silva Ferreira

Equipe de Elaboração

Francisco Cruz do Nascimento

Jamile Pereira Almeida

Luciene Rocha Silva

Maria do Amparo Gomes Carvalho

Marcos Paiva Pereira

Kriscia Santos Argolo

Colaboradores(as)

Adriana Mendonça dos Santos

Bruno Alves Moura Ito

Cassia Margarete Amaro dos Santos

Daniela Silva Ferreira

Fernanda Pessoa do Amaral

Gilberto Cardoso Alemeida

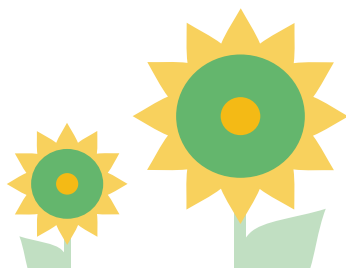
Poliana Nascimento dos Reis

Revisão, projeto gráfico e diagramação

Marjorie Amy Yamada

Foto

Aula viva na área de mata do CETEP – Centro Territorial de Educação Profissional – Wagner/BA



EPÍGRAFE

O PÃO DE CADA DIA

*Que o pão encontre na boca
o abraço de uma canção
construída no trabalho.
Não a fome fatigada
de um suor que corre em vão.*

*Que o pão do dia não chegue
sabendo a travo de luta
e a troféu de humilhação.
Que seja a bênção da flor
festivamente colhida
por quem deu ajuda ao chão.*

*Mais do que flor, seja fruto
que maduro se oferece,
sempre ao alcance da mão.
Da minha e da tua mão.*

Thiago de Mello



À Comunidade Escolar,

É com grande satisfação que disponibilizamos para a Rede Estadual de Ensino da Bahia os **Cadernos de Apoio à Aprendizagem**, um material pedagógico produzido a muitas mãos, destinado a apoiar educadores e estudantes no momento de retomada das atividades letivas. A sua elaboração envolveu cerca de 160 professores e professoras voluntários da rede estadual, além de técnicos e gestores da Superintendência de Políticas para a Educação Básica – SUPED, responsável pela coordenação do trabalho. Destaca-se, em especial, a intensa interlocução entre diferentes modalidades, na perspectiva de produzir um material atento à acessibilidade e que contempla diferentes modalidades.

Os Cadernos foram concebidos como materiais de suporte para o planejamento pedagógico e para o restabelecimento das rotinas escolares. Sua elaboração partiu da análise crítica sobre quais seriam, nesse momento específico, as **aprendizagens significativas** para os estudantes, e quais as competências e habilidades a serem desenvolvidas por eles e elas ao longo desse ano letivo tão atípico. A partir daí, foram construídos os organizadores curriculares, que promovem uma aproximação entre a experiência docente em sala de aula e os objetos de conhecimentos que compõem o Documento Curricular Referencial da Bahia da Educação Infantil e Ensino Fundamental (DCRB) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).



A organização didática foi feita sob a forma de “Trilhas de Aprendizagem” associadas aos objetos de conhecimento. Essa estrutura visa a organizar e a acompanhar o processo de construção da aprendizagem pelo estudante, propondo interações e conferindo autonomia aos diferentes sujeitos. Cada trilha tem objetivos específicos e sua abordagem foi pensada especialmente para o público estudantil, apresentando uma linguagem que busca despertar a curiosidade e instigar a pesquisa, tornando o aprendizado mais eficaz, agradável, contextualizado e significativo.

Por fim, esperamos que esse material seja utilizado pelos educadores no planejamento pedagógico para o retorno às atividades letivas, como forma de conciliar os tempos e espaços de aprendizagem, e que sirva de inspiração para a produção de novas trilhas, em diferentes linguagens (áudio, vídeo, imagens, redes). Neste sentido, convidamos todos os educadores e educadoras da Rede Pública Estadual a produzirem e (re)elaborarem, a partir dos Cadernos de Apoio, suas Trilhas Autorais, abordando os contextos e necessidades territoriais e locais de cada realidade deste “país” chamado Bahia.

Abrços fraternos!

JERÔNIMO RODRIGUES

Secretário de Educação do Estado da Bahia



APRESENTAÇÃO DA TRILHA AGROECOLÓGICA

A Trilha Agroecológica aqui apresentada é um produto coletivo com vistas a disponibilizar ao público caminhos inspiradores para estimular as vontades políticas e a consciência das nossas responsabilidades sobre a transformação do pensamento e das ações de conservação, preservação, dinamização, exploração e respeito à vida do nosso planeta.

O passo a passo de cada etapa traz uma sequência de estudos e de aprendizagens para alcançarmos o sucesso no manejo consciente do solo, da água, da vegetação e, acima de tudo, da vida. A Agroecologia não é apenas uma revisão conceitual da agricultura com técnicas ecológicas, e sim um conceito de relação ética com a vida e com seus ecossistemas, visando à sustentabilidade e ampliando os processos agrícolas de maneira inclusiva e responsável.

As propostas que apresentamos advêm do desejo de superar os danos históricos causados à biodiversidade e à sociedade devido à ganância e ao uso nocivo de agrotóxicos. Estudar princípios agroecológicos na educação básica é renovar a esperança da construção de uma sociedade organizada, preocupada com todas as espécies de vida; é disponibilizar ferramentas que auxiliem as escolas e seus professores no desenvolvimento de trabalhos escolares que envolvam as comunidades, que tragam experiências para fortalecerem o currículo, tomando como princípio que o cultivo agroecológico é, sem dúvida, o cultivo da sustentabilidade social, além de representar estudo e uso de energias renováveis e superação de desafios para a construção de uma sociedade justa.

Equipe de Elaboração das Trilhas/ Coordenação de Educação do Campo/Quilombola

QUADRO-SÍNTESE: HUMANAS

Ano/série: 2º ano

Eixo Integrador

- ◆ Investigação Científica, Processos Criativos e Mediação e Intervenção Sociocultural

Componente curricular: Agroecologia

Área de conhecimentos: Ciências Humanas e Agrárias

Conhecimentos integradores: Sociologia, História, Filosofia e Geografia

Objeto de estudo: A Questão Agrária no Brasil

OBJETIVOS GERAIS:

- ◆ Compreender os fatores históricos sociais, econômicos, culturais e ambientais que influenciam no processo de luta por subsistência, produção e permanência dos sujeitos agrícolas, na formação da política agrária e agroexportadora no Brasil e no mundo;
- ◆ Refletir sobre as contribuições oferecidas pela política de preservação da Agrobiodiversidade para assegurar o equilíbrio ecológico e o respeito aos princípios para manutenção do ecossistema natural;
- ◆ Conhecer a origem e os princípios básicos da política neoliberal e sua relação com o agronegócio e a formação e manutenção de latifúndios/agronegócio para o fortalecimento da política agroexportadora bem como suas influências sobre o meio ambiente bioagroecológico.

I Unidade: A estrutura agrária no Brasil

- 1.1 Capitânicas Hereditárias e Latifúndio;
- 1.2 O Coronelismo;
- 1.3 Mão de obra indígena e africana e a formação do latifúndio;
- 1.4 Agricultura e a Política de Agroexportação.

Procedimentos metodológicos:

- ◆ Exposição oral dialogada;
- ◆ Estudos dirigidos e comentários orais e escritos;
- ◆ Produção de vídeos sobre as temáticas: **1)** Questão Agrária no Brasil; e **2)** Agroecologia;
- ◆ Pesquisas práticas e bibliográficas;
- ◆ Realização de práticas de atividades agrícolas na escola como hortas, quintais produtivos, revitalização de jardins para o embelezamento do espaço educativo, cantinho verde, entre outros;
- ◆ Incentivo a coleta e seleção de sementes naturais e crioulas;
- ◆ Criação de banco de sementes e incentivo ao desenvolvimento de técnica de armazenamento na escola;
- ◆ Confecção de minhocário, caixa de compostagem;
- ◆ Elaboração de álbum com imagens de plantas medicinais;
- ◆ Produção de hortas suspensas com plantas hortaliças e medicinais.

Procedimentos avaliativos para a aprendizagem:

- ◆ Criação do **diário de bordo** para registros diários do conhecimento prático e do conhecimento desenvolvido em sala de aula, individualmente e ou em grupo;
- ◆ Participação ativa do aluno no processo de ensino e aprendizagem;
- ◆ Reflexões, provenientes de debates, seminários, rodas de conversas, a respeito dos temas estudados;
- ◆ Registros de atividades realizadas na escola e extraclasse; elaboração de portfólios como resultado de trabalhos práticos resultantes de pesquisas de campo.





TRILHA 1

Capitanias hereditárias e latifúndios, coronelismo, mão de obra indígena e africana e a formação do latifúndio

1 PONTO DE ENCONTRO

Olá, querido(a) estudante! Seja bem-vindo(a) a uma nova trilha agroecológica. Hoje nós falaremos sobre capitanias hereditárias, sobre mão de obra escrava e indígena e sobre latifúndio. Será que esses temas têm algo a ver com Agricultura e Agroecologia? É o que descobriremos ao longo da trilha, portanto, nada de ir embora, combinado? Vamos começar, trilheiro(a)!

2 BOTANDO O PÉ NA ESTRADA

Você já ouviu falar em capitanias hereditárias? E em latifúndios? Será que, se todas as terras brasileiras fossem, de fato, bem distribuídas e agricultáveis, teríamos tanta gente passando fome? Vamos procurar entender, então, quais foram os motivos que levaram a monarquia portuguesa a implantar no Brasil, no século XVI, o sistema de capitanias hereditárias? Será que essa foi uma boa ideia?

3 LENDO AS PAISAGENS DA TRILHA

O que é o latifúndio?

As **capitanias hereditárias** foram criadas pelos portugueses e implantadas no Brasil em 1535. Consistiam basicamente na divisão do território português (estipulada pelo Tratado de Tordesilhas) em **15 faixas de terra**, que seriam entregues a portugueses responsáveis pelo povoamento da

capitania, além do seu desenvolvimento econômico. Esse modelo das capitanias foi utilizado pelos portugueses em algumas de suas ilhas atlânticas (Açores e Cabo Verde), e, como havia tido sucesso lá, os portugueses optaram por implantá-lo no Brasil.

O mapa tradicional das capitanias mostra quinze lotes de terra paralelos de norte a sul do Brasil do século XVI. Nas primeiras décadas do século XVI, a prioridade dos portugueses era manter de maneira ativa o comércio de especiarias obtidas na Índia. As **especiarias** (em geral, condimentos, perfumes e tecidos finos) eram mercadorias de luxo na Europa, portanto, bastante lucrativas. A alta nobreza e a Coroa portuguesa davam bastante prioridade a esse comércio. Por essa razão, a exploração do Brasil foi colocada em segundo plano.

A administração das capitanias hereditárias foi entregue a terceiros, os chamados **capitães-donatários**. Os donatários, em geral, eram formados por membros da pequena nobreza, da burocracia portuguesa e comerciantes. Porém, todos possuíam algum tipo de ligação com a Coroa, o que lhes possibilitou o benefício da nomeação. Os donatários receberam a terra a partir da Carta de doação.

Apesar disso, os donatários não eram donos da terra, ou seja, a terra ainda pertencia ao rei de Portugal. Uma vez possuidores da capitania, os donatários concentravam todo o poder administrativo e jurídico. Cabia a eles a função de desenvolver economicamente sua capitania, atrair moradores, distribuir as terras (chamadas de sesmarias), aplicar a lei, desenvolver fortificações para lutar contra indígenas e estrangeiros, etc.

Este sistema de distribuição de terras não deu certo. Muitos donatários não sabiam lidar com a terra sem orientação do governo português, sem recursos para administrar as terras, bem como os conflitos entre donatários e indígenas impediram o desenvolvimento das lavouras na época.

Das quinze capitanias existentes, somente duas prosperaram rapidamente: São Vicente e Pernambuco. Ambas se basearam no desenvol-

vimento da produção do açúcar a partir do cultivo da cana-de-açúcar e assumiram posturas mais conciliadoras com os indígenas (ou determinado grupo de indígenas).

A divisão territorial e o poder dos donatários permaneceram até meados do século XVIII, mas Portugal criou um novo governo, mais centralizado denominado de governo geral a partir de 1548. Verifica-se, portanto, que foi a partir da doação de terras pela monarquia aos fidalgos portugueses empobrecidos que se deu o início à formação dos latifúndios e ao trabalho escravo no Brasil, inicialmente inaugurado pelos povos indígenas e, posteriormente, intensificado pelos povos africanos.

Latifúndio é um termo originário da língua latina, combinação de “lātus” (significa amplo, espaçoso, extensivo) e “fundus” (fazenda), e que atualmente serve para se referir à propriedade rural de grande extensão, constituída em sua maioria de terras não cultivadas e/ou exploradas com técnicas de baixa produtividade. Na Roma antiga, “latifúndio” era a grande propriedade agrária de um aristocrata, cuja produção estava baseada no trabalho escravo.

Seu surgimento ocorre logo com a ocupação efetiva do território, desde a formação das capitânicas hereditárias e as doações de sesmarias (grandes áreas desmembradas de uma capitania). As grandes propriedades derivam ainda de outros pontos a serem considerados na época, como a necessidade de ocupação efetiva da colônia, além das exigências criadas pela cana-de-açúcar, que possuía uma baixa produtividade por unidade territorial de plantio, o que tornava necessárias extensas áreas de cultivo.

No século XVI, em meio às explorações marítimas dos povos ibéricos, o latifúndio ganha novo ímpeto, com a adição de uma característica marcante, além de todas citadas acima: a monocultura de exportação. Este formato de exploração da terra influenciou de modo indelével a evolução das sociedades de praticamente todo o continente americano nos últimos 500 anos, inclusive a brasileira, e nos dias atuais costuma ser alvo de inúmeras críticas.

Nos primeiros séculos, o modelo foi bastante eficaz, pois trazia lucros suficientes para os portugueses e garantia a ocupação da colônia, mas, com o passar do tempo, especialmente após a primeira revolução industrial, o latifúndio de monocultura cultivado por mão de obra escrava começa a se tornar obsoleto. Em primeiro lugar, a odiosa exploração do escravo ficava cada vez mais indefensável perante os setores da sociedade esclarecidos e humanistas. Ao mesmo tempo, produtos agrícolas se desvalorizavam ante os industrializados, salvo raras exceções.

Mesmo assim, o modelo do latifúndio entrou com certa força pelo século XX adiante. Os grandes pensadores, porém, dentro e fora do Brasil, contestavam o modelo, que basicamente só trazia lucro para o dono do latifúndio. Pode-se dizer sem receio que o país, desde 1500 até sua industrialização nos anos 1930, foi uma enorme fazenda ou uma coleção de latifúndios. A sociedade era basicamente rural, mais de 3/4 da população viveu no campo durante todo este tempo e produzia para um consumidor que estava no estrangeiro, tendo pouco retorno pelo seu trabalho.

Hoje, a ideia geral sobre as grandes propriedades é que estas são ineficientes, arcaicas, raramente produtivas e que seriam mais bem aproveitadas se distribuídas entre pequenos produtores. A definição da palavra “latifúndio” nada mais é do que uma grande propriedade agrícola privada, normalmente não explorada economicamente, sendo uma terra improdutiva. E, quando explorada, é utilizada para monocultivos que abastecem o mercado internacional. Uma das principais características do latifúndio é uma grande quantidade de propriedades nas mãos de poucas pessoas, o que causa muitos conflitos e disputas pela posse de terras no Brasil.

O conceito de latifúndio está expresso no Estatuto da Terra, criado em 1964 (lei 4.504/64). Entretanto, este termo deixou de ser usado, sendo suprimido pela Constituição de 1988 que classificou os imóveis rurais em pequenas e médias propriedades, relacionando a propriedade com a função social. De acordo com a Constituição de 1988, art. 186: a função social é cumprida quando a propriedade rural atende simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecida sem lei, aos seguintes requisitos:

- I. aproveitamento racional e adequado;
- II. utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;
- III. observância das disposições que regulam as relações de trabalho;
- IV. exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores. Por este artigo da Constituição Federal de 1988, pode-se concluir que terra improdutiva não exerce sua função social.

4 EXPLORANDO A TRILHA

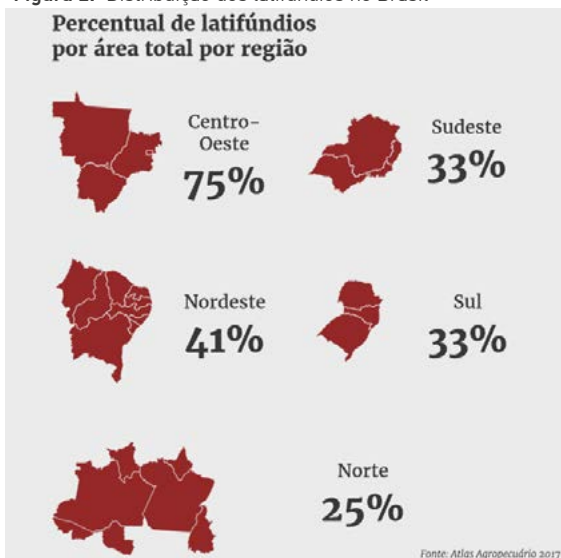
Com base na leitura que acabou de fazer sobre as Capitânicas Hereditárias e a formação do Latifúndio no Brasil, observe as imagens e leia os textos abaixo. Logo após, faça as reflexões propostas na trilha.

Figura 1. Capitânicas hereditárias do Brasil



Fonte: Luís Teixeira. *Litoral Brasileiro com as Capitânicas Hereditárias*, Portugal, Biblioteca da Ajuda, 1574.

Figura 2. Distribuição dos latifúndios no Brasil



Fonte: Atlas Agropecuário, 2017.

Figura 3. Escravidão no Brasil



Autor: Jean-Baptiste Debret, 1826.

Figura 4. Charge Projeto Capitânicas Hereditárias



Fonte: LOBO, César; NOVAES, Carlos E. *História do Brasil para principiantes*. 1997.

Texto 1 Confissão do latifúndio

Por onde passei, plantei a cerca farpada, plantei a queimada.
Por onde passei, plantei a morte matada.
Por onde passei, matei a tribo calada,
A roça suada, a terra esperada...
Por onde passei, tendo tudo em lei, eu plantei o nada.

(Poema de Pedro Casaldáliga)

Disponível em: http://www.uel.br/pos/letras/terroroxa/g_pdf/vol21/TRvol21e.pdf4.

Texto 2 Fique de olhos abertos

Samuel Rodrigues Souza (EMEF Maria das Neves)

I
O trabalho escravo hoje,
Não poderia existir.
O trabalhador braçal
Cai sem perceber
No trabalho escravo
Que não deveria ter.

II
Na hora eles nem percebem.
E depois tentam fugir.

Mas ameaçados de morte
Pensam em desistir.

III
Grandes carvoeiras, canaviais.
E fazendas por aí.
Elas só visam o lucro
E nem pensam em desistir

IV
Muita gente se pergunta:
– Cadê as autoridades?
Parecem estão nem aí!
Será se vamos encontrar um político para agir?

O que devemos fazer?
Para cooperar é só denunciar
Para acabar com o trabalho escravo
No Brasil e no Pará.

Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2009/11/poemas-premiados-no-concurso-educar-para-nao-escravizar/>.

Texto 3 O Coronelismo

O **coronelismo** é um fenômeno que se iniciou no Brasil após a proclamação da República. Com o fim do voto censitário — que exigia do cidadão uma renda mínima para poder votar —, o número de brasileiros eleitores aumentou e as elites do império passaram a se utilizar desse fenômeno para se manter no poder.

O jurista brasileiro **Victor Nunes Leal** foi o criador do termo, em 1948, no livro “Coronelismo, Enxada e Voto”. Em suas próprias palavras:

“Concebemos o coronelismo como resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada (...) o coronelismo é, sobretudo um compromisso, **uma troca de proveitos entre o poder público**, progressivamente fortalecido, **e a decadente influência social dos chefes locais**, notadamente, os senhores de terras”.

Ou seja, o coronelismo era uma **troca de favores** entre os menos favorecidos e os coronéis, e entre estes e o poder público.

Durante o período regencial (1831–1840), uma série de revoltas populares eclodiu pelo país. Para controlá-las, o governo criou a chamada **Guarda Nacional**. Essa guarda era particionada por grandes senhores de terras, que ganhavam o título de “coronel”. Com o início da República, a Guarda perdeu espaço gradualmente, até deixar de existir em 1922. Mas o prestígio e influência dos coronéis continuaram. Assim, eles se mantiveram como chefes políticos de áreas próximas à sua propriedade, ou de sua vizinhança. Essas áreas eram chamadas de **currais eleitorais**.

O coronel mantinha com seu curral eleitoral uma troca de favores: ele protegia a população do “curral”, e esta o obedecia. Assim, durante a época das eleições, **todas as pessoas que dependiam do coronel votavam no candidato que ele indicava**. Essa prática ficou conhecida como **voto de cabresto**, expressão que compara o eleitor a um animal controlado por alguém.

Além disso, o eleitor podia ser pressionado pelo coronel, visto que o voto era aberto: se escrevia em um papel o nome do candidato e a assinatura do eleitor ao lado. Com isso, era fácil saber em quem o eleitor tinha votado.

Fonte: GAUDÊNCIO, Martha. *Politize-se*. Acesso em 31/5/2021.

- 1 Qual é a relação que você faz entre as imagens apresentadas, os textos e o uso de terras no Brasil?
- 2 Como o trabalho escravo contribuiu para o desenvolvimento econômico no Brasil a partir da formação dos latifúndios?
- 3 Com base no percentual de concentração de terras no Brasil, por região, podemos compreender que o Brasil é um país de latifundiários? Quais são as regiões do país com maior ou menor concentração de terras?
- 4 Em sua opinião, quais foram os motivos que impulsionaram aumento ou diminuição da política fundiária nas diferentes regiões do Brasil?

- 5 Qual relação pode ser estabelecida entre a questão da estrutura fundiária com base no latifúndio, as políticas eleitorais estruturadas no Coronelismo e o processo eleitoral na atualidade? Podemos associar a agricultura latifundiária com o agronegócio e a política de “voto de cabresto”?

5 RESOLVENDO DESAFIOS DA TRILHA

Agora que já vimos sobre as capitânicas hereditárias e sobre o latifúndio, que tal exercitar um pouco os conhecimentos trabalhados nessa trilha? Responda às questões a seguir:

- 1 (UFC-CE) Nos primórdios do sistema colonial, as concessões de terras efetuadas pela metrópole portuguesa pretendiam tanto a ocupação e o povoamento como a organização da produção do açúcar, com fins comerciais. Identifique a alternativa correta sobre as medidas que a Coroa portuguesa adotou para atingir esses objetivos.
- a) Dividiu o território em capitânicas hereditárias, cedidas aos donatários, que, por sua vez, distribuíram as terras em sesmarias a homens de posses que as demandaram.
 - b) Vendeu as terras brasileiras a senhores de engenho já experientes, que garantiram uma produção crescente de açúcar.
 - c) Dividiu o território em governações vitalícias, cujos governadores distribuíram a terra entre os colonos portugueses.
 - d) Armou fortemente os colonos para que pudessem defender o território e regulamentou um uso equânime e igualitário da terra entre colonos e índios aliados.
 - e) Distribuiu a terra do litoral entre os mais valentes conquistadores e criou engenhos centrais que garantissem a moenda das safras de açúcar durante o ano inteiro.

2 (UEPB–2011) O processo de concentração fundiária caminha junto à industrialização da agropecuária com predomínio de capitais. Logo:

- I. O discurso de modernidade das elites tem contribuído para que a terra esteja concentrada nas mãos da grande maioria dos agricultores brasileiros.
- II. Os pequenos agricultores não conseguem competir e são forçados a abandonar suas lavouras de subsistência e a vender suas terras.
- III. A intensa mecanização leva à redução do trabalho humano e à mudança nas relações de trabalho, com a especialização de funções e o aumento do trabalho assalariado e de diaristas.
- IV. As modificações na estrutura fundiária provocam desemprego no campo, intenso êxodo rural, além de aumentar o contingente de trabalhadores sem direito a terra e sua exclusão social.

Estão corretas:

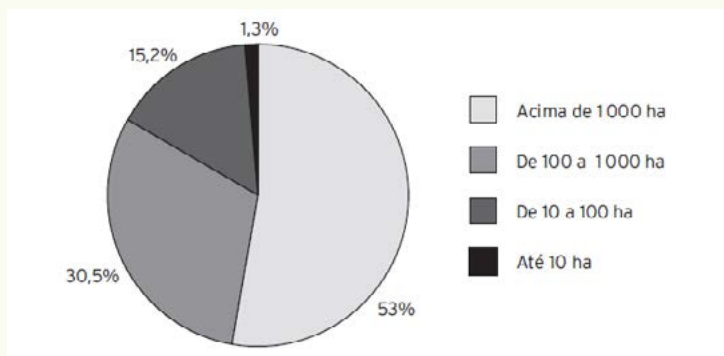
- a) Apenas as proposições I e IV;
- b) Apenas as proposições I, II e III;
- c) Apenas as proposições II, III e IV;
- d) Apenas as proposições II e III;
- e) Todas as proposições.

3 (UFT) A estrutura fundiária no Brasil está concentrada nas mãos de uma pequena parcela da população, criando assim os conflitos por terra. Diante desse problema, o mapa a seguir mostra a distribuição territorial mais conflitante em 2009 no território brasileiro. Assinale a alternativa **correta**. A região no Brasil com maior número de conflitos por terra é a:



- a) Região Norte
- b) Região Nordeste
- c) Região Centro-Oeste
- d) Região Sudeste
- e) Região Sul

4 (Enem) O gráfico representa a relação entre o tamanho e a totalidade dos imóveis rurais no Brasil. Que característica da estrutura fundiária brasileira está evidenciada no gráfico apresentado?



Fonte: Incra, 1998.

- a) A concentração de terras nas mãos de poucos.
- b) A existência de terras nas mãos de poucos.
- c) O domínio territorial dos minifúndios.
- d) A primazia da agricultura familiar.
- e) A debilidade dos *plantations* modernos.

5 (UFC-CE) Por aproximadamente três séculos, as relações de produção escravista predominaram no Brasil, em especial nas áreas de *plantation* e de mineração. Sobre este sistema escravista é correto afirmar que:

- a) Impediu as negociações entre escravos e senhores, daí o grande número de fugas.
- b) Favoreceu ao longo dos anos a acumulação de capital em razão do tráfico negroiro.
- c) Possibilitou a cristianização dos escravos, fazendo desaparecer as culturas africanas.
- d) Foi combatido por inúmeras revoltas escravas, como a dos Malês e a do Contestado.
- e) Foi alimentado pelo fluxo contínuo de mão de obra africana até o momento de sua extinção em 1822.

6 A TRILHA É SUA: COLOQUE A MÃO NA MASSA

Você já ouviram falar do cantor Gilberto Gil? No ano de 1992, ele lançou a música Madalena, grande sucesso da nossa MPB. Se possível, escutem essa canção. Ela é maravilhosa!

Agora, leia atentamente a letra da canção do baiano Gilberto Gil.

Texto 4 Madalena (Entra em beco, sai em beco)

Gilberto Gil

Fui passear na roça
Encontrei Madalena
Sentada numa pedra
Comendo farinha seca
Olhando a produção agrícola
E a pecuária

Madalena chorava
Sua mãe consolava
Dizendo assim
Pobre não tem valor
Pobre é sofredor
E quem ajuda é Senhor do Bonfim

Entre em beco, sai em beco
Há um recurso Madalena
Entra em beco, sai em beco
Há uma santa com seu nome
Entra em beco, sai em beco
Vai na próxima capela
E acende uma vela
Pra não passar fome

Entre em beco, sai em beco
Há um recurso Madalena
Entra em beco, sai em beco
Há uma santa com seu nome
Entra em beco, sai em beco
Vai na próxima capela
E acende uma vela
Pra não passar fome.

Disponível em: <https://youtu.be/BfWst51fvNM>

Gostou da música? A partir dela, podemos identificar quais relações com a nossa trilha?

Você gosta de cantar e escutar canções? Faça você mesmo sua música. Em forma de paródia com a música Madalena, escreva uma canção sobre o que você aprendeu até aqui com nossos estudos.

Acredite! Existe um verdadeiro artista dentro de ti!

7 A TRILHA NA MINHA VIDA

Pesquisa sobre a realidade social do campo

Tomando como referência nossa caminhada da Trilha 1, realize uma pesquisa, a partir da observação da realidade social local, sobre a estrutura fundiária do seu município e região, com base nas seguintes inquietações:

- ◆ Existe estrutura latifundiária na sua cidade? Ou há uma distribuição de terras a partir da agricultura familiar?
- ◆ A população camponesa da sua cidade passa por dificuldades sociais? Existe distribuição de renda a partir da produção rural local?
- ◆ Quais alternativas para estabelecer um sistema social mais justo no campo poderiam ser apresentadas a partir do seu levantamento de informações?

Você pode utilizar como fontes de pesquisa:

- ◆ Pessoas da sua família e da sua comunidade que tenham mais experiência e vivência no campo;
- ◆ Livros, revistas e cartilhas (se possível);
- ◆ Associações e sindicatos;
- ◆ *Sites* como o IBGE-Cidades (filtre a busca em seu município).

Lembre-se de tomar todos os cuidados contra a covid-19. Utilize meios remotos para proceder com a busca por informações.

8 AUTOAVALIAÇÃO

Chegamos ao final da trilha. Antes de darmos um “até logo”, que tal refletir sobre o seu próprio percurso? Afinal, pensar sobre as nossas aprendizagens nos torna mais empoderados para trilhar novos caminhos. Para isso, solicito que responda às questões a seguir no **diário de bordo**:

- 1 Você reservou tempo para realizar esta atividade?
- 2 Se reservou, você conseguiu realizar esta atividade no tempo programado?
- 3 Considera que a trilha te ajudou a compreender sobre a importância de entender as relações sociais a partir da estrutura latifundiária e suas implicações no processo de construção social no campo brasileiro?
- 4 Após concluir esta trilha, você sabe explicar como a má distribuição de terras implica também na construção de um modelo social e político?
- 5 Você acha que consegue aplicar na sua vida as aprendizagens dessa unidade? Comente.

GLOSSÁRIO

Agrobiodiversidade – O termo **agrobiodiversidade** é formado por *agro* (do latim, campo, cultura), *bio* (do grego, vida) e diversidade. Significa, portanto, diversidade da vida no campo, das culturas. Segundo o Dicionário Aurélio, “biodiversidade é a existência, numa dada região, de uma grande variedade de espécies de plantas, ou de animais” (Ferreira, 2002, p. 298). O *Dicionário de Educação do Campo* corrige para “de ambos”, animais e vegetais, porque, a não ser em microambientes controlados para fins de pesquisa, dificilmente existirá um ecossistema exclusivamente vegetal ou exclusivamente animal. Uma propriedade fundamental da matéria viva é ser diversa. Sem essa propriedade, não há vida. A diversidade biológica e a diversidade cultural alimentam-se mutuamente.

Capitanias hereditárias – Foram a primeira divisão administrativa e territorial implantada pelos portugueses durante a colonização da América Portuguesa. Basicamente, o território da América Portuguesa foi dividido em quinze grandes faixas de terra, que tiveram sua administração entregue a interessados.

Colonialismo – Sistema que ficou conhecido durante a República Velha, onde os coronéis (ricos fazendeiros) eram os principais responsáveis por comandar o cenário político do país.

Diário de bordo – É um **caderno** ou uma pasta na qual o estudante registra as etapas que realiza no desenvolvimento do projeto.

Donatários – Além de fidalgos leais ao rei de Portugal, eram componentes da alta aristocracia. Eles ganharam vastos lotes de terra da Coroa Portuguesa, no período do Brasil Colonial, entre os anos de 1534 e 1536. Esses territórios eram chamados de capitanias hereditárias.



Latifúndio – Grande propriedade rural geralmente não cultivada e não explorada, portanto, representa terras com reduzido aproveitamento econômico, improdutivas.

Questão agrária – O termo **questão agrária** é utilizado para designar uma área do conhecimento humano que se dedica a estudar, pesquisar e conhecer a natureza dos problemas das sociedades em geral relacionados ao uso, à posse e à propriedade da terra. Ao se fazer o estudo da forma de organização socioeconômica do meio rural de qualquer país, está-se estudando a questão agrária daquele país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Brasil de Fato. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/04/03/83-dos-terrenos-privados-do-mato-grosso-do-sul-sao-latifundios>.

CAIDART, Roseli. PEREIRA, Isabel Brasil. FRIGOTTO, Gaudêncio, (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Escola Politécnica de Saúde, Joaquim Venâncio, Expressão Popular, Rio de Janeiro/ São Paulo, 2012.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2013, p. 39.

GAUDÊNCIO, Martha. Site Politize-se.

Imago História. Disponível em: <https://imagohistoria.blogspot.com/2017/12/charges-historicas-capitanias.html>.

Info Escola. Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia/capitanias-hereditarias>.

Repórter Brasil. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2009/11/poemas-premiados-no-concurso-educar-para-nao-escravizar/>.

RIBEIRO, Dionara Soares. **Agroecologia na Educação Básica: questões propositivas de conteúdos e metodologia**. Educação em Agroecologia, 2ª edição, revista ampliada, Expressão Popular, São Paulo, 2017.

SANTIAGO, Emerson. **Latifúndio**. Disponível em: <https://www.infoescola.com/agricultura/latifundio>.

